



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 153ª REUNIÃO

Data: 04 de março de 2015

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A 153ª Reunião Ordinária do CMSE foi aberta pelo Senhor Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, que agradeceu a presença de todos e informou que o Senhor Ministro Eduardo Braga chegaria ao decorrer da reunião, em função de outros compromissos.

Em seguida, submeteu à apreciação a Ata da 152ª Reunião do Comitê, realizada em 04 de fevereiro de 2015, sendo aprovada por unanimidade.

2. ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS PARA SUPRIMENTO DE ENERGIA AO PARQUE OLÍMPICO: SE OLÍMPICA E OBRAS ASSOCIADAS

A SPE Energia Olímpica realizou apresentação sobre o acompanhamento das obras para suprimento de energia elétrica ao Parque Olímpico, denominada SE Olímpica, principal instalação elétrica dos Jogos Olímpicos que serão realizados em 2016.

Relatou que as obras de construção da Subestação Isolada a Gás - GIS SE Olímpica 138/13,8 kV - 3x40 MVA, dos Ramais Subterrâneos 138 kV Barra II/Olímpica e Gardênia/Olímpica e a ampliação das SEs Gardênia e Barra II estão em dia com o cronograma planejado e que o avanço físico global está acima do programado.

Em relação ao Terminal de Barra II, foi informado que o lançamento dos cabos em sua maioria está pronto e que toda a parte que envolve método não destrutivo já foi

finalizada. Os transformadores já se encontram em fase de comissionamento, assim como já estão sendo realizados os testes elétricos.

Relatou ainda que, avaliando a obra de forma global, a previsão do cronograma está mantida, sem perspectiva de atraso, perseguindo a energização em 31 de maio de 2015.

A SEE/MME relatou que após a inspeção mensal, confirma a previsão de conclusão das obras sob responsabilidade da SPE Olímpica até 31 de maio de 2015. Informou também que a única preocupação é o cronograma do Ramal de Barra II, que está bastante apertado, porém com as pendências sendo resolvidas a contento. Relatou também que já foram iniciados os processos de transferência dos ativos para a Light. Isso é uma ação importante tendo em vista que permitirá a realização do comissionamento, testes e operação das instalações elétricas pelo Agente Distribuidor.

O Senhor Ministro ressaltou a intenção da Senhora Presidente da República de realizar a inauguração da obra na data supramencionada, em conjunto com a inauguração da UTE Baixada Fluminense, e reiterou que a SPE Olímpica tem o desafio de perseguir essa data para a entrada em operação da subestação e das linhas de distribuição a ela associadas.

3. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A SEE/MME apresentou um balanço das obras de expansão de geração e transmissão de energia elétrica. Com relação aos empreendimentos de geração, foi apresentado que estão sendo monitoradas 542 usinas, totalizando expansão de 39.293,87 MW. Foram mostrados também os empreendimentos concluídos recentemente, destacando que, entre os dias 04 de fevereiro e 03 de março de 2015, entraram em operação comercial 628,80 MW de capacidade instalada no SIN referentes a usinas do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e do Ambiente de Contratação Livre – ACL, tendo sido adicionados 573,80 MW e 55,0 MW, respectivamente.

Do montante de expansão da oferta de geração em fevereiro de 2015, destaque para a entrada em operação comercial da UG 14 (75,0 MW) da UHE Jirau (Total: 3.750 MW) em Rondônia, e do Complexo Eólico Verace (258,0 MW) no Rio Grande do Sul.

Para a transmissão foi apresentado que estão sendo monitorados 29.813 km de linhas de transmissão e 43.982 MVA de capacidade de transformação, cadastrados na base do Sistema de Gestão da Transmissão – SIGET/ANEEL.

Do montante de expansão da oferta de transmissão em fevereiro de 2015, destaque para a entrada em operação comercial da LT 230 kV Curitiba - Joinville Norte C2, assim como a entrada em operação das transformações 500/230 kV TR2, 230/138 kV TF3 e TF4 e 230/69 kV TF1 da SE Tucuruí (PA), 500/230 kV TR2 da SE Suape (PE) e 440/230 kV TR7 da SE Assis (SP).

Em relação aos empreendimentos de transmissão considerados prioritários, de um total de 18 empreendimentos (13.760 km e 2.400 MVA), 5 empreendimentos (4.021 km) estão com atraso, 12 empreendimentos (8.892 km e 2.400 MVA) estão em dia e 1 empreendimento (847 km) com antecipação.

Adicionalmente, o Senhor Ministro sugeriu à ANEEL proposta de aprimoramento dos processos de fiscalização da expansão das ofertas de geração e transmissão e que essa fiscalização seja realizada de forma mais refinada, como uma gestão de contrato global, não se atendo exclusivamente à fiscalização de atrasos propriamente dita.

3.1 APRESENTAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE TRANSMISSÃO

- **LOTES D e G DO LEILÃO 07/2012**

LOTE D – SE Marimbondo II e LT 500 kV Marimbondo II - Assis

A SPE Triângulo Mineiro Transmissora - TMT, formada por FIP Caixa Milão (51%) e Furnas (49%), realizou apresentação sobre o acompanhamento das obras da SE Marimbondo II, da SE Assis e da LT 500 kV Marimbondo II - Assis. Apresentou a situação do projeto, dos contratos de fornecimento, da engenharia, da situação das questões ambientais e fundiárias.

Relatou que, em relação ao licenciamento ambiental: a Licença Prévia – LP de todo o empreendimento foi emitida em 10 de julho de 2014; a Licença de Instalação – LI e a Autorização de Supressão de Vegetação - ASV da SE Assis foram emitidas em 18 de julho de 2014; a LI da SE Marimbondo II e da LT 500 kV Marimbondo II – Assis foram emitidas em 07 de novembro de 2014; a ASV da referida LT foi emitida em 24 de

dezembro de 2014; assim como relatou que os programas de gestão ambiental encontram-se em implantação.

Para a questão fundiária, de um total de 593 demandas, sendo 85 de travessias e 508 de propriedades, 347 (68% das propriedades) já foram negociadas, 57 (12 %) foram liberadas judicialmente e 104 (20%) ainda não foram liberadas judicialmente. Informou ainda que a ANEEL emitiu a DUP em 13 de maio de 2014.

Adicionalmente, relatou que o projeto básico, os projetos executivos e ensaios de protótipos estão todos concluídos. Já o fornecimento de materiais e equipamentos encontra-se em andamento. As obras tiveram início em 05 de agosto de 2014 na SE Assis e em 10 de novembro de 2014 na SE Marimbondo II e na LT.

Segundo a SPE TMT, a entrada em operação comercial do empreendimento está prevista para 13 de dezembro de 2015, em acordo com o prazo estipulado no Contrato de Concessão, que é 14 de dezembro de 2015.

LOTE G – LT 500 kV Barreiras II – Pirapora 2

A SPE Paranaíba Transmissora de Energia S.A, formada por State Grid (51%), Copel (24,5%) e Furnas (24,5%), realizou apresentação sobre o acompanhamento das obras da LT 500 kV Barreiras II – Pirapora 2. Apresentou a situação do projeto, dos contratos de fornecimento, da engenharia, da situação das questões ambientais e fundiárias.

Relatou que, em relação ao licenciamento ambiental da LT: o processo foi aberto em janeiro de 2014; a LP foi emitida em 03 de julho de 2014; a LI e a ASV foram emitidas em 05 de dezembro de 2014 e 27 de novembro de 2014, respectivamente. Informou ainda que foram emitidas retificações de condicionantes em 13 de fevereiro de 2015.

Para a questão fundiária, de um total de 791 demandas, sendo 49 de travessias e 742 de propriedades, 545 (73,5% das propriedades) já foram negociadas, 142 (19,1%) foram liberadas judicialmente e 55 (7,4%) ainda não foram liberadas judicialmente. Informou ainda que a ANEEL emitiu a DUP em 05 de março de 2014.

Adicionalmente, relatou que o projeto básico, os projetos executivos de LT e ensaios de protótipos estão todos concluídos. Os projetos executivos das subestações encontram-se com 70% de conclusão. Já o fornecimento de materiais e equipamentos encontra-se em andamento.

Segundo a SPE Paranaíba Transmissora de Energia S.A, as obras tiveram início em 15 de janeiro de 2015 e a entrada em operação comercial do empreendimento está prevista para abril de 2016, em acordo com o prazo estipulado no Contrato de Concessão que é 02 de maio de 2016.

Após as apresentações sobre as obras, os membros do CMSE enfatizaram a boa gestão realizada, mantendo as obras dentro dos prazos previstos no Contrato de Concessão. Destacaram que, apesar dos grandes desafios inerentes a estes empreendimentos de transmissão, que cruzam diversos Estados, com inúmeras demandas fundiárias e licenças ambientais que envolvem inclusive áreas de Mata Atlântica, o empreendedor mostrou que com uma boa gestão é possível implantar as obras no prazo.

4. CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS COMPUTACIONAIS PARA PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO E OPERAÇÃO DO SIN

O Cepel apresentou a análise realizada do comportamento das aflúências verificadas nos meses de fevereiro de 2014 a março de 2015, em relação ao histórico de 1931 a 2014, obtidas a partir da avaliação das correlações entre as Energias Naturais Afluentes – ENAs dos subsistemas Nordeste/Sudeste, Sul/Sudeste e Norte/Sudeste.

Adicionalmente o Cepel apresentou a evolução das Energias Naturais Afluentes diárias para todos os subsistemas do SIN, mostrando principalmente que as vazões médias diárias nos subsistemas SE/CO e NE foram muito abaixo da Média de Longo Termo - MLT.

Foi apresentada a análise para o ano de 2015, informando que a avaliação conjuntural do desempenho de um sistema com base hidroelétrica é fortemente influenciada pelo volume de partida dos reservatórios, e, principalmente, pela tendência hidrológica, como por exemplo, as aflúências nos últimos meses.

Ressaltou também que a avaliação conjuntural do desempenho do sistema e de riscos de déficit associados deve ser feita de forma cuidadosa, especialmente nos períodos de transição hidrológica, devido à forte influência da tendência do período hidrológico anterior e que, dada a sua grande incerteza, esta cautela deve ser ainda maior quando o período úmido ainda não está plenamente caracterizado, uma vez que os resultados ficam comprometidos.

Em relação ao ano de 2015, foi apresentada a avaliação prospectiva da análise de desempenho, com a visão das informações constantes do PMO de março/2015 e

simulando-se o desempenho do sistema utilizando as 82 séries observadas, além do despacho das térmicas por ordem de mérito, obtêm-se valores para o risco de qualquer déficit de energia iguais a 6,1% e 1,2%, para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente.

5. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICAS DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O ONS apresentou a avaliação das condições eletroenergéticas de atendimento ao SIN, destacando que, diferente do mês de janeiro de 2015, o mês de fevereiro foi caracterizado pela passagem regular de frentes frias pelas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com a atuação de áreas de instabilidade que atingiram também a região Nordeste e Norte, ocasionando valores significativos de precipitação nas bacias hidrográficas dessas regiões na 1ª e 3ª semanas do mês. Destacou que o total de precipitação no mês foi superior à média nas bacias dos rios São Francisco, Iguaçu e Uruguai, e ligeiramente inferior nas bacias dos rios Grande, Paranaíba e Tocantins.

Já nos primeiros dias de março, a atuação de áreas de instabilidade na região Sul provocou pancadas de chuva nas bacias dos rios Uruguai e Jacuí. As bacias dos rios Tietê, Paranaíba, São Francisco e Tocantins apresentaram pancadas de chuva em pontos isolados. Nas demais bacias hidrográficas não foram observadas precipitações significativas.

Informou que, em reunião realizada em 3 de março de 2015, o CEMADEN e o CPTEC/INPE apresentaram que a previsão para os próximos 7 dias indica a passagem de uma frente fria, que deverá aumentar a precipitação sobre as bacias dos rios Iguaçu, Tietê, Grande, Paranaíba e São Francisco. Contudo, os totais acumulados nos próximos 7 dias serão, provavelmente, ligeiramente inferiores à média histórica. Nas demais bacias da região Sul devem ocorrer chuvas fracas em pontos isolados.

A previsão para a segunda semana (7-15 dias) apresentou como cenário mais provável o de chuva próxima ou ligeiramente abaixo da média histórica para as bacias situadas na região Sudeste, e ligeiramente abaixo da média histórica para as bacias das regiões Sul e Nordeste. Para prazos mais estendidos (15-30 dias) as previsões apontam a continuidade da chuva sobre as regiões Sudeste e Centro-Oeste, com volumes pouco expressivos.

Ademais, informou ainda que a temperatura da superfície do mar sobre o Oceano Pacífico Equatorial do Oeste tem se mantido acima dos valores médios nas últimas semanas e com tendência a oscilar, indicando que a fase quente do fenômeno "El Niño" (embora não configurado tecnicamente) deverá continuar influenciando positivamente as precipitações na Região Sul no próximo trimestre.

Considerando o cenário de aflúências previsto para o mês de março de 2015, conforme previsão do PMO/ONS, a estimativa é atingir ao final do mês um armazenamento (%EAR_{máx}) de 27,1% no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, 48,7% no Sul, 22,5% no Nordeste e 70,7% no Norte.

Em relação à carga, a média mensal prevista para março/2015 no SIN é de 68.375 MW médios, representando um decréscimo de 2,1% em relação ao mês de fevereiro/2015. Em relação ao crescimento acumulado de carga para o período Março/2014 a Fevereiro/2015 (carga verificada), o valor foi de 2,1% positivo.

Apresentou ainda uma visão prospectiva de atendimento ao SIN para o ano de 2015, com a construção de cenários hidrológicos para o período entre março e abril, quais sejam: 100%, 85% e 70% da chuva média história para este período.

Ademais, o ONS apresentou a estratégia operativa em 2015, como forma de garantir o suprimento eletroenergético do SIN:

- Manutenção da flexibilização dos níveis mínimos operativos nas UHEs Ilha Solteira / Três Irmãos, bem como dos níveis mínimos da Hidrovia Tietê/Paraná;
- Manutenção da flexibilização do nível mínimo do reservatório da UHE Mascarenhas de Moraes;
- Manutenção da flexibilização da defluência mínima das UHEs Jupia, Porto Primavera, Jurumirim e Caconde;
- Manutenção da flexibilização da geração mínima de unidades geradoras das usinas hidroelétricas, durante os períodos de carga leve e mínima;
- Acompanhamento da evolução das condições hidroenergéticas na bacia do rio Paraíba do Sul, podendo-se implementar flexibilizações adicionais na vazão objetivo em Santa Cecília;
- Manutenção da flexibilização da defluência mínima nas UHEs Sobradinho e Xingó;
- Acompanhamento da evolução das condições hidroenergéticas na UHE Três Marias, podendo-se implementar flexibilizações adicionais em sua defluência mínima;
- Despacho pleno da disponibilidade de usinas térmicas do SIN.

O ONS ressaltou ainda que em virtude da adoção das medidas de redução das defluências nos reservatórios do SE/CO, em 2014, evitou-se um desestoque adicional de cerca de 7 e 14%EARmáx nas bacias dos rios Grande e Paranaíba, respectivamente, o que representa cerca de 7%EARmáx na Região SE/CO. No caso da região NE, sem a adoção das medidas de redução da defluência, o reservatório de Sobradinho atingiria 0%VU em 15 de novembro de 2014. Com a medida adotada, o mínimo atingido em 2014 foi de 15,38%VU. Para o caso da UHE Três Marias, sem a adoção desta medida, o reservatório atingiria 0%VU em 14 de agosto de 2014. Com a medida adotada, o mínimo atingido em 2014 foi de 2,6 %VU.

Adicionalmente, o Comitê aprovou a Nota Informativa transcrita a seguir, que aborda a questão do suprimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional, disponibilizando-a para a imprensa:

“NOTA INFORMATIVA DE 4 DE MARÇO DE 2015

O sistema elétrico apresenta-se estruturalmente equilibrado, devido à capacidade de geração e transmissão instalada no país, que continua sendo ampliada com a entrada em operação de usinas, linhas e subestações, considerando-se tanto o critério probabilístico (riscos anuais de déficit), como as análises com as séries históricas de vazões, para o atendimento da carga prevista para 2015, da ordem de 67.055 MW médios de energia.

O Sistema Interligado Nacional – SIN, dispõe das condições estruturais para o abastecimento do País, embora as principais bacias hidrográficas onde se situam os reservatórios das regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste tenham enfrentado uma situação climática desfavorável no período úmido do ano anterior. Considerando o risco de déficit de 5%, conforme critério estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, há sobra estrutural de cerca de 7.300 MW médios para atender a carga prevista, valor esse atualizado com as datas de entrada em operação das usinas para os próximos meses e a nova projeção de demanda. Em 2015, entraram em operação 1.476 MW do total de 6.410 MW de capacidade de geração previstos, dos quais 971,4 MW desde a última reunião deste Comitê, conforme listado a seguir:

Empreendimento	UG	Potência (MW)	Operação Comercial
UEE Tacaicó	UG1 a UG 8	18,800	04/02/2015
UEE Pedro do Gerônimo	UG1 a UG13	30,550	04/02/2015
UEE Pau Ferro	UG1 a UG13	30,550	04/02/2015
UEE Corredor do Sernandes II	UG 1a 4 e 6 a 8	18,900	04/02/2015
UHE Jirau	UG 14	75,000	06/02/2015
UTE TRT	UG 1	21,000	07/02/2015
UTE Unidade de Geração de Energia Elétrica - Agrenco	UG 1	34,000	14/02/2015
UEE Verace I	UG1 a UG10	20,000	24/02/2015
UEE Verace II	UG1 a UG10	20,000	24/02/2015
UEE Verace III	UG1 a UG13	26,000	24/02/2015
UEE Verace IV	UG1 a UG15	30,000	24/02/2015
UEE Verace V	UG1 a UG15	30,000	24/02/2015
UEE Verace VI	UG1 a UG 9	18,000	24/02/2015
UEE Verace VII	UG1 a UG15	30,000	24/02/2015
UEE Verace VIII	UG1 a UG13	26,000	24/02/2015
UEE Verace IX	UG1 a UG15	30,000	24/02/2015
UEE Verace X	UG1 a UG14	28,000	24/02/2015
UEE Dreen Boa Vista	UG1 a UG 7	14,000	25/02/2015
UEE Dreen Olho D'agua	UG1 a UG15	30,000	25/02/2015
UEE Dreen São Bento do Norte	UG1 a UG15	30,000	25/02/2015
UEE Farol	UG1 a UG10	20,000	25/02/2015
UEE Parque Eólico Pelado	UG1 a UG10	20,000	16/01/2015
UEE Parque Eólico Lanchinha	UG1 a UG14	28,000	16/01/2015
UEE Ametista	UG1 a UG17	28,560	04/03/2015
UEE Dourados	UG1 a UG17	28,560	04/03/2015
UEE Maron	UG1 a UG18	30,240	04/03/2015
UEE Pilões	UG1 a UG18	30,240	04/03/2015
UHE Jirau	UG12, 13 e UG28	225,000	04/03/2015
	TOTAL	971,40	

Segundo informações do CEMADEN e INPE/CPTEC, no mês de fevereiro a chuva foi espacialmente irregular sobre a Região Sudeste, oscilando em torno da média histórica. Em particular choveu acima do normal no centro de MG na maior parte de SP e no ES, e abaixo do normal na zona da mata mineira, em parte do triângulo mineiro e no RJ. Na Região Centro-Oeste choveu acima da média histórica no sul de GO e no norte do MS e abaixo do normal na maior parte do MT. Na Região Sul as chuvas superaram a média histórica no norte e leste do PR, e em parte de SC e do norte de RS. Nas demais áreas dessa região choveu ligeiramente abaixo da média histórica. Na Região Norte choveu abaixo da média histórica em quase toda a região. Assim, as afluições verificadas em fevereiro foram 58%, 27%, 138% e 54% da média histórica nas regiões Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Norte, respectivamente.

Considerando a configuração do sistema do Programa Mensal de Operação – PMO, de março de 2015, e simulando-se o desempenho do sistema utilizando as 82 séries de energias afluentes observadas no históricoⁱ, considerando o despacho das térmicas por ordem de mérito, obtêm-se valores para o risco de qualquer déficit de energia iguais a 6,1% e 1,2% respectivamente para as regiões Sudeste/Centro-Oeste

e Nordesteⁱⁱ. Considerando, agora, o despacho pleno das térmicas em 2015, os valores para o risco de qualquer déficit de energia passam para 6,1% e 0,0% nas regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente. Com base nas análises efetuadas, observa-se que as condições de suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional mantiveram-se estáveis em relação ao mês anterior.

Mesmo com o sistema em equilíbrio estrutural, ações conjunturais específicas podem ser necessárias, em função da distribuição espacial dos volumes armazenados, cabendo ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a adoção de medidas adicionais àquelas normalmente praticadas, como aquelas adotadas em 2014, buscando preservar os estoques nos principais reservatórios de cabeceira do SIN. Além das análises apresentadas, outras avaliações de desempenho do sistema, utilizando-se o valor esperado das afluições e anos semelhantes de afluições obtidas do histórico, não indicam, no momento, insuficiência de suprimento energético neste ano.

Entretanto, deve-se observar que o período úmido de 2015 ainda não se encontra consolidado. Com isso, a avaliação conjuntural do desempenho do sistema e de riscos de déficit associados deve ser feita de forma cuidadosa. Dadas as afluições verificadas em janeiro e fevereiro nas regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, as afluições nos próximos meses serão relevantes para a avaliação da adequação das condições de suprimento em 2015, o que reforça a necessidade de um monitoramento permanente.

O CMSE, na sua competência legal, monitora as condições de abastecimento e o atendimento ao mercado de energia elétrica do País.

Ministério de Minas e Energia – MME

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS

Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel (convidado).

[i] Conforme recomendado no documento “Sumário Executivo do Programa Mensal de Operação - PMO de Março - Semana Operativa de 01/03/2014 a 07/03/2014, de 28/02/2014” e também utilizado como critério na elaboração do Planejamento Anual da Operação Energética – PEN.

[ii] Simulando-se o desempenho do sistema por meio de 2.000 séries sintéticas de afluições e considerando o despacho das térmicas por ordem de mérito, encontram-se valores para o risco de

qualquer déficit de energia iguais a 10,9% e 4,1% para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente. Considerando, agora, o despacho pleno das térmicas em 2015, os valores para o risco de qualquer déficit de energia passam para 9,6% e 2,4% nas regiões Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente.

6. HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DAS USINAS

As datas de tendência para operação comercial das usinas foram homologadas pelos membros do Comitê, conforme analisadas na reunião mensal do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração de 19 de fevereiro de 2015, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas pelo Ofício Circular nº 02/2015-SEE/MME, em 20 de fevereiro de 2015.

7. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

O ONS fez um relato do Boletim de Interrupção de Suprimento de Energia – BISE do período compreendido entre 5 de fevereiro e 4 de março de 2015, que contempla interrupções de carga superiores a 100 MW e duração acima de 10 minutos.

Dentre essas ocorrências, destacou o desligamento automático na Região Sudeste envolvendo os Transformadores 345/138 kV da SE Venda das Pedras, por descoordenação das proteções de fronteira, no dia 03 de fevereiro de 2015, que resultou no corte de 281 MW de cargas do Estado do Rio de Janeiro. Destacou também o desligamento das linhas de 161 kV e de 138 kV da SE Ipatinga 1, no dia 19 de fevereiro de 2015, que resultou no corte de 182 MW de cargas do Estado de Minas Gerais.

Diante da recorrência de desligamentos envolvendo as fronteiras, a SEE sugeriu o estabelecimento de procedimento periódico de revisão dos sistemas de proteção que envolvem ativos de fronteiras entre geração/transmissão, transmissão/transmissão e principalmente transmissão/distribuição, assim como é importante a ANEEL visitar esse tema nos Procedimentos de Rede, para evitar esse tipo de desligamento e reincidências.

A ANEEL destacou que os Procedimentos de Rede que versam sobre esse tema estão sob análise da Superintendência de Regulação da Transmissão – SRT/ANEEL

para abertura de Audiência Pública em breve, com vistas às alterações necessárias nos referidos procedimentos.

8. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CCEE apresentou um balanço da liquidação financeira do mês de dezembro de 2014, que ocorreu em 09 de fevereiro de 2015, e da previsão para o mês de janeiro de 2015, prevista para ocorrer no dia 10 de março de 2015, envolvendo agentes que comercializam energia nos Ambientes de Comercialização Regulado e Livre.

Em relação à contabilização de dezembro de 2014, informou que a inadimplência foi de R\$ 319,6 milhões de um total de R\$ 3.373,14 milhões, o que corresponde a 9,48% do faturamento total e que R\$ 1.073,90 milhões (31,84%) são referentes a valores diferidos parcialmente de Agentes de Distribuição. Conforme Despacho ANEEL nº48/2015, o pagamento foi postergado até o dia 31 de março de 2015. Destacou ainda que um Agente de Distribuição está inadimplente na liquidação de dezembro.

Em relação à previsão de contabilização de janeiro de 2015, informou que a inadimplência prevista é de R\$ 257,0 milhões, de um total de R\$ 2.676,30 milhões, o que corresponde a 9,61% do faturamento total. A estimativa de inadimplência inicial está concentrada em um Agente de Distribuição (R\$ 160,8 milhões), quatro consumidores especiais (R\$ 47,2 milhões), dois comercializadores (R\$ 41,2 milhões) e três consumidores livres (R\$ 7,8 milhões).

9. APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS – VOLUMES I (REVISÃO 2) E V DO “GT DE AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA ELÉTRICA DAS INSTALAÇÕES DA REDE BÁSICA DO SIN”

O Comitê aprovou os Volumes I (Revisão 2) e V dos resultados obtidos pelo GT de Avaliação da Segurança Elétrica das Instalações da Rede Básica, criado pela Portaria MME nº 43/2013, de 04 de fevereiro de 2013, referente à sua segunda etapa, com as propostas de melhorias para a segurança das instalações da Rede Básica. Representantes do MME, ANEEL, EPE, ONS, Cepel e agentes participaram desses trabalhos.

A SEE/MME relatou que o Volume VI, que se refere aos setores que não são pertencentes à Rede Básica, mais de grande importância para a operação do SIN, encontra-se em elaboração pelo GT e que a previsão de conclusão é o final do mês de março de 2015. Relatou ainda que o ONS elaborou relatório adicional com

comparativo entre os custos estimados de algumas propostas em relação às ocorrências recentes envolvendo estas instalações.

Ademais, para os Volumes já aprovados pelo Comitê, será definida priorização da execução das propostas, assim como será realizada tratativa com as empresas para definição de prazos de execução.

A SEE/MME ressaltou também que devido ao grande volume de instalações e reforços/melhorias a serem implantadas, isto implicará em grandes investimentos no setor elétrico.

10. IMPLANTAÇÃO DO RAMAL SECCIONAMENTO SANTA CARMEN-SINOP 500 kV

Este item foi retirado de pauta.

11. ASSUNTOS GERAIS

Andamento dos Trabalhos do GT de Regulamentação e Procedimentos de Distribuição

A SPE/MME relatou que a motivação principal para criação deste grupo é a não realização de obras indicadas pelos Agentes de Distribuição em sua plenitude. Destacou que a avaliação realizada pelo GT até o momento indica que o Plano de Obras de Distribuição passe a ser determinativo, assim como é na Transmissão.

Relatou ainda que está sendo elaborada uma Nota Técnica do Grupo de Trabalho, com participação do MME (SPE e SEE), ANEEL, ONS e EPE, e que na última reunião do GT, realizada em 24 de fevereiro de 2014, a ANEEL solicitou um prazo adicional de trinta dias para submeter o assunto à Diretoria da Agência e que provavelmente na reunião do CMSE de abril, deverão ser apresentados os resultados finais do GT e a consolidação da referida NT.

Importação de Energia Elétrica Interruptível da Argentina

Considerando a oportunidade da importação de energia elétrica interruptível da Argentina, conforme a Carta ONS DGL-CTA-E-1681-2014, de 30 de outubro de 2014, enviada ao MME anexando a Carta DG&E 045/2014, de 29 de outubro de 2014, da Petrobras e, posteriormente, a Carta nº DG&E 02/2015, de 16 de janeiro de 2015, e considerando a importância desse recurso para o fortalecimento da segurança

eletroenergética do SIN, constituindo-se em benefício adicional também do ponto de vista do aumento da confiabilidade da operação elétrica e suprimento de energia ao SIN, a SEE apresentou que tendo em vista a atual conjuntura energética no país, com base na Nota Técnica nº 0032/2015, de fevereiro de 2015, emitida pelo ONS sobre a importância desse recurso energético, bem como diante da hipótese dessa importação poder representar custos atrativos e compatíveis a uma geração despachada por ordem de mérito, o MME realizou tratativas com o governo argentino de maneira a viabilizar a operação.

Assim, considerando que cabe ao Ministério de Minas e Energia zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País, o CMSE apresentou a seguinte deliberação:

Deliberação: O MME deverá coordenar as ações necessárias para viabilizar a importação de energia elétrica interruptível da República da Argentina no menor prazo possível. A referida importação deverá ocorrer de forma excepcional e temporária, até 31 de dezembro de 2015, a partir das Conversoras de Frequência de Garabi (2 X 1.050 MW), situada no Município de Garruchos, e de Uruguiana (50 MW) no Município de Uruguiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Os preços da energia elétrica referentes a essa operação de importação deverão ser previamente informados a cada período de oferta, para que, junto aos demais custos envolvidos na operação, sejam avaliados pela ANEEL e, caso autorizados, deverão ter o ressarcimento previsto conforme portaria específica do MME.

Importação de Energia Elétrica Interruptível do Uruguai

Considerando a oportunidade da importação de energia elétrica interruptível do Uruguai conforme informação do ONS ao MME e proposta de exportação de energia elétrica interruptível do Uruguai para o Brasil, primeiramente da UTE (Uruguai) através de e-mail da Eletrobras e mais tarde, também por e-mail do MIEN (Uruguai) ao MME (Brasil), e considerando a importância desse recurso para o fortalecimento da segurança eletroenergética do SIN, constituindo-se em benefício adicional também do ponto de vista do aumento da confiabilidade da operação elétrica e suprimento de energia ao SIN, a SEE apresentou que tendo em vista a atual conjuntura energética no país, com base na Nota Técnica nº 0027/2015, de fevereiro de 2015, emitida pelo ONS sobre a importância desse recurso energético, bem como diante da hipótese dessa importação poder representar custos atrativos e compatíveis a uma geração despachada por ordem de mérito, o MME realizou tratativas com o governo uruguaio de maneira a viabilizar a operação.

Assim, considerando que cabe ao Ministério de Minas e Energia zelar pelo equilíbrio conjuntural e estrutural entre a oferta e a demanda de energia elétrica no País, o CMSE apresentou a seguinte deliberação:

Deliberação: O MME deverá coordenar as ações necessárias para viabilizar a importação de energia elétrica interruptível da República Oriental do Uruguai no menor prazo possível. A referida importação deverá ocorrer de forma excepcional e temporária, até 31 de dezembro de 2015, das Estações Conversoras de Rivera, (70 MW), localizada no município de Rivera (Uruguai), fronteiro com o Brasil no município de Santana do Livramento (Brasil/RS), e da Conversora de Melo (500 MW), localizada no Município de Melo (Uruguai), fronteiro com o Brasil próximo ao município de Jaguarão (Brasil/RS), essa última em fase final de implantação.

Os preços da energia elétrica referentes a essa operação de importação deverão ser previamente informados a cada período de oferta, para que, junto aos demais custos envolvidos na operação, sejam avaliados pela ANEEL e, caso autorizados, deverão ter o ressarcimento previsto conforme portaria específica do MME.

Acórdão nº 184/2015-TCU-Plenário-Itens 9.1 e 9.6 e Atendimento ao Ofício 0047/2015-TCU/SeinfraEle, de 9 de fevereiro de 2015 e Processo TC 019.228/2014-7

A SEE/MME relatou que enviou o Ofício 03/2015-CMSE-MME, de 23 de fevereiro de 2015, à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica do Tribunal de Contas da União – TCU, em resposta aos questionamentos daquela SeinfraEle/TCU, assim como o encaminhamento dos Ofícios e Notas Técnicas abaixo relacionadas:

Instituição/Empresa	Ofício/Carta	Nota Técnica	Data
EPE	0125/EPE/2015	EPE-DEE-NT-030/2015-r0	20/02/2015
ONS	277/100/2015 280/100/2015	NT-0026/2015	23/02/2015
ANEEL	124/2015-SFG/ANEEL 150/2015-SFG/ANEEL		19/02/2015 05/03/2015

Atualização das Ações Pendentes do CMSE

A SEE/MME relatou que conforme apresentado na 151ª Reunião Ordinária do CMSE, em 07 de janeiro de 2015, encontram-se deliberações do CMSE em andamento (18,4%) e pendentes (5,3%). Conforme deliberado naquela reunião, sobre o item em tela, as Secretarias do MME, Agências Reguladoras, Instituições e Empresas deveriam encaminhar as respostas e o andamento das deliberações do CMSE até o dia 28 de fevereiro de 2015.

Diante disso, a SEE/MME cobrou novamente o encaminhamento das respostas e o andamento das deliberações do CMSE.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Francisco Romário Wojcicki	MME
Altino Ventura Filho	MME
Moacir Carlos Bertol	MME
Reive Barros Santos	ANEEL
José Jurhosa Jr.	ANEEL
Tiago Correia	ANEEL
Luiz Eduardo Barata Ferreira	CCEE
Solange David	CCEE
Albert C. G. Melo	CEPEL
Valter Luiz Cardeal	ELETROBRAS
Josias Matos de Araújo	ELETROBRAS
Flávio Decat	FURNAS
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	LIGHT
Ildo Wilson Grütner	MME
Marco Antônio Almeida	MME
Robésio Maciel de Sena	MME
Willamy Moreira Frota	MME
Mauricio Tolmasquim	EPE
Amilcar G. Guerreiro	EPE
Hermes J. Chipp	ONS
Mauro Muniz	ONS
Helder Queiroz	ANP
José Cesário Cecchi	ANP
José da Costa Carvalho Neto	ELETROBRAS
José Antonio Muniz Lopes	ELETROBRAS
João Batista Guimarães Ferreira da Silva	TRIÂNGULO MINEIRO/PARANAÍBA TRANSMISSORAS
Guilherme Silva de Godoi	MME
Márcio P. Zimmermann	MME

Christiano Vieira da Silva	ANEEL
Marise Grinstein	FURNAS
Wilson Cleber de Oliveira	LIGHT
Ronaldo Nahar Neder	FURNAS
João Daniel de Andrade Cascalho	MME
Domingos Romeu Andreatta	MME
Symone C. S. Araújo	MME
Edvaldo Luís Risso	MME
Ricardo Monteiro	MME
Daniel Caixeta Moreira	MME
Bianca Maria Matos de Alencar Braga	MME
Alexandre Ramos Peixoto	MME